

O Potencial das Políticas Tributárias e Educacional para o Desenvolvimento com Equidade



*Participação: Marcos Formiga
Brasília, Março de 2010*



Constatações Advindas da Economia à Educação:

- **Dificuldade de medir os efeitos sobre o desenvolvimento econômico a partir dos investimentos em capital humano por meio da educação.**
- **Continuado progresso econômico e a evolução da sociedade mostram que o investimento em educação é parte da função investimento total que garante o crescimento de longo prazo**
- **Educação Geral (básica, profissional ou universitária) traz benefício para todos que dominam os códigos do conhecimento e fomentam o intelecto (letramento, domínio da matemática, compreensão do mundo, etc.); além das externalidades agregadas à Sociedade como um todo.**
- **Teoria Econômica explica que cada ano extra de educação eleva a produtividade da pessoa que se traduz em maiores rendimentos no futuro**

Investimentos em Educação Trazem Benefícios à Sociedade:

- **Aumentam o grau de escolaridade e ajudam a reduzir a mortalidade infantil e diminuir a taxa de crescimento populacional;**
- **Contribuem para levar a renda *per-capita*;**
- **Conduzem ao uso racional dos recursos escassos e a adequada utilização dos recursos esgotáveis da natureza;**
- **Induzem à economia dos recursos na área de saúde e assistência social;**
- **Minimizam os índices de violência;**
- **Causam efeitos positivos na produção de bens e serviços de maior valor agregado**

Carga Tributária Brasileira se Expandiu nas Duas Últimas Décadas:

- De 1968 a 1988 a arrecadação total média de impostos foi de:
25,0% do PIB
- De 1989 a 1993 subiu um pouco para:
25,8% do PIB
- De 1994 a 1998 (após o Plano Real) passou para:
29,5% do PIB
- De 1999 a 2002 passou para:
33,6% do PIB
- De 2002 a 2005 atingiu:
35,9 %do PIB

O problema não é falta de imposição tributária. O Brasil se alia aos países com carga tributária de média para alta.

Setor de Educação Conta com Recursos Cativos Oriundos de:



- **Contribuição do salário educação (calculado sobre a mesma base da contribuição do INSS sobre a folha de pagamento)**
- **Parcela fixa da receita de impostos arrecadados pela União, Estados e Municípios**
- **Desde a promulgação da Constituição de 1988, a União destina, obrigatoriamente, 18% das parcelas do Imposto de Renda e do IPI (Imposto sobre Produto Industrializado)**
- **Alem, de 18% da arrecadação integral dos demais impostos de sua titularidade**
- **Os Estados e Municípios são obrigados a destinar 25% das parcelas do Imposto de Renda e do IPI, além de 25% da arrecadação integral do ICMS e demais impostos**

Combinação de Dois Fatores Desfavoráveis se Refletem na Educação



- Grande expansão ocorrida na carga tributária se deu nas chamadas contribuições sociais, tributos cativos do setor de seguridade social (Saúde, Assistência Social em Geral e Previdência Social);
- Elevação continuada das despesas inativos e pensionistas oriundos da área educacional.

Em 1988, 53,2% da receita total arrecadada pela Receita Federal, correspondia a geração com IPI, IR e demais impostos federais, em especial IOF (Imposto sobre Operação Financeira).

Em 2002 o calculo revela uma participação reduzida para 45,3%

Brasil Precisa Aumentar o Investimento em Educação



- Considerando a alta taxa da carga tributária brasileira, não se pode esperar recursos adicionais desta fonte sem que obrigatoriamente tenha-se de sacrificar outros setores.
- O investimento público brasileiro em educação passou de 3,9% do PIB em 1995, para 5,1% em 2006. Ainda assim o Brasil situa-se pouco abaixo da média da OCDE (5,3%). Considerando que a maioria dos países da OCDE já superou grande parte dos obstáculos que o Brasil tem pela frente, o volume atual investido é insuficiente para garantir o crescimento do País e resolver os problemas crônicos de sua educação.

Além de Investir Pouco, os Recursos são mal Distribuídos

Gasto anual com educação por estudante •

US\$ (PPP)

2006

	Brasil	Média da OECD
Pré-primário	1.310	0.260
Primário	1.066	6.437
Secundário	1.038	8.006
Superior	10.067	8.400

Fonte: OECD.

O investimento por estudante da educação superior é mais de seis vezes ao investimento por estudante da educação básica. Na educação básico, o investimento por estudante no Brasil equivale a pouco mais de 20% do investimento por estudante para a média dos países da OCDE. Na educação superior é 19% mais elevado.

Conclusão



- **Aumentar o investimento na educação não é suficiente, é preciso utilizá-lo com eficiência, e na indispensável qualidade. Portanto, o desenvolvimento com equidade exige que sejam repensadas e definidas poucas e estratégicas a prioridades.**



**OBRIGADO PELA A
ATENÇÃO!**

**Marcos Formiga
Mmformiga@cni.org.br**